

CLÁUSULA PRIMEIRA - REAJUSTE SALARIAL - As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo sindicato suscitado concederão, a partir de 1º de maio de 2001, a todos os seus empregados integrantes da categoria profissional representada pelo sindicato suscitante uma correção salarial equivalente a 10% (dez por cento), a incidir sobre os seus respectivos salários de 1º de maio de 2000:

Parágrafo Primeiro - os empregados admitidos após 1º de maio de 2000 terão seus salários reajustados proporcionalmente, de acordo com a data de suas respectivas admissões.

Parágrafo Segundo - Poderão as empresas, segundo critérios próprios de conveniência, proceder ou não a compensação de todos os reajustes ou majorações salariais ocorridos no período revisando, tenham sido eles espontâneos ou compulsórios, não sendo compensáveis, contudo, aqueles havidos em decorrência de promoção ou equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

CLÁUSULA SEGUNDA - PISOS SALARIAIS - Ficam assegurados, a partir de 1º de maio de 2001, os seguintes pisos salariais aos segmentos da categoria profissional abaixo:

- aos vigias, R\$ 1,20 por hora ou seja seu equivalente em dia ou mês,
- aos serventes de obras, R\$ 1,40 por hora ou seu equivalente em dia ou mês,
- aos motoristas de veículos leves, de caminhão caçamba e de caminhão caixa, R\$ 1,83 por hora ou seu equivalente em dia ou mês,
- aos operadores de máquinas auto motoras, R\$ 1,59 por hora ou seu equivalente em dia ou mês,
- aos profissionais, assim considerados os carpinteiros, ferreiros e pedreiros, R\$ 1,90 por hora ou seu equivalente em dia ou mês,
- aos operadores de trator de lâmina, de "motoscrape", de motoniveladora, de acabadora de asfalto, de acabadora de concreto, de retro-escavadeira, de carregadeira com mais de 110 Cvs, de dragas, de escavadeiras e de caminhão fora de estrada, R\$ 1,98 por hora ou seu equivalente em dia ou mês.

CLÁUSULA TERCEIRA - JORNADA NORMAL DE TRABALHO - Em atenção a orientação do Ministério Público do Trabalho fica estabelecido que a jornada de trabalho para os empregados será de 220 horas por mês ou 44 horas semanais.

Parágrafo Primeiro - A jornada diária será de 08h00min., podendo ser acrescidas horas extras até o limite de 02h00min., conforme o disposto no art. 59, da CLT., remuneradas com adicional de 80% (oitenta por cento).

Parágrafo Segundo - Os trabalhos poderão estender-se além de duas horas extras diárias, previstas no parágrafo anterior, por limite de 12h00min., diárias, remuneradas com adicional de 100% (cem por cento). Neste caso, ocorrendo excesso de jornada, deverá haver a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho ou ao SINDICATOS, no prazo de 10 dias, conforme disposto no Art. 61, da CLT.

Parágrafo Terceiro - Fica garantido o intervalo interjornadas mínimo de 11h00min., bem como o descanso semanal remunerado de 24h00min. As horas extras trabalhadas nos feriados e repouso semanal serão remunerados com adicional de 100% (cento por cento).

Parágrafo Quarto - Fica garantido o intervalo para repouso e alimentação conforme previsto no art. 71, da CLT.

CLÁUSULA QUARTA - JORNADA ESPECIAL - TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO (ART. 7, XIV, da CF/88) - Poderá ser estabelecido a jornada especial dos trabalhadores nos setores de escavação em rocha e terra, concretagem, montagem, e trabalhadores de outros setores quando em serviço nestas áreas, com exceção dos trabalhadores em túneis, realizado em turnos ininterruptos de revezamento será de 08 (oito) horas diárias, para no mínimo 03 (três) turmas de revezamento.

I) JORNADA DIURNA: (5X2)

Parágrafo Primeiro - Fica estabelecida a jornada de 05 (cinco) dias consecutivos de trabalho, por 02 (dois) dias consecutivos de descanso, seguidas à prestação de serviços. Ficando a jornada diária diurna da seguinte forma: das 07h00 às 18h00;

Parágrafo Segundo - O intervalo intrajornada será de 1 (uma) hora, para alimentação. (art. 71, § 1º, CLT)

Parágrafo Terceiro - Fica garantido que pelo menos um dos descansos remunerados, recaia em um Domingo por mês.

Parágrafo Quarto - As horas trabalhadas acima da jornada normal, até o limite de duas horas extras, será paga com o adicional de 80% (oitenta por cento), e nos feriados, quando na escala de turno, serão remuneradas com adicional de 100% (cem por cento).

Parágrafo Quinto - Fica garantido, a cada início de jornada, o tempo médio de 10min., para diálogo diário de segurança (DDS), que não poderá ser compensado.

II) JORNADA NOTURNA: (5x3)

Parágrafo Primeiro - Fica estabelecida a jornada de 05 (cinco) dias consecutivos de trabalho, por 03 (três) dias consecutivos de descanso, seguidas à prestação de serviços. Ficando a jornada diária noturna da seguinte forma: das 18h00 às 07h00.

Parágrafo Segundo - O intervalo intrajornada será de 1 (uma) hora, para alimentação no período compreendido entre às 19h00 e 21h30. (art. 71, § 1º, CLT)

Parágrafo Terceiro - O trabalho realizado entre as 22h00 (vinte e duas) horas e 5h00 (cinco) horas da manhã do dia seguinte, será remunerado com adicional de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se a hora com 52'30" (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

Parágrafo Quarto - A empresa fornecerá aos empregados do turno noturno um lanche gratuito.

Parágrafo Quinto - Fica garantido que pelo menos um dos descansos remunerados, recaia em um Domingo por mês.

Parágrafo Sexto - As horas trabalhadas acima da jornada normal serão pagas com o adicional de 80% (oitenta por cento), e nos feriados, quando na escala de turno, serão remuneradas com adicional de 100% (cem por cento).

Parágrafo Sétimo - Fica garantido, a cada início de jornada, o tempo médio de 10min., para diálogo diário de segurança (DDS), que não poderá ser compensado.

CLÁUSULA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO DO VIGIA - A Empresa poderá estabelecer a jornada de 12x36 (doze horas de trabalho e trinta e seis horas de descanso seguidas a prestação de serviço).

Parágrafo Primeiro - Ficando a jornada diária da seguinte forma: das 18h00min. às 06h00min e/ou das 06h00min às 18h00min.

Parágrafo Segundo - As partes pactuam que a remuneração do empregado submetido a r. jornada será composta das seguintes rubricas:

a) 12X36 - DIURNO

(salário/base) + (30 horas normais à título de intervalo intrajornada não concedido)

b) 12X36 - NOTURNO

(salário/base) + (20% adicional noturno) + (30 horas normais à título de intervalo intrajornada não concedido)

Parágrafo Terceiro - O trabalho realizado entre as 22h00 (vinte e duas) horas e 5h00 (cinco) horas da manhã do dia seguinte, será remunerado com adicional de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se a hora com 52'30" (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

CLÁUSULA SEXTA - COMPENSAÇÃO DE HORAS - À vista do mútuo interesse das partes ora acordantes ficam as empresas autorizadas a praticar regime de compensação horária com seus trabalhadores, de forma que, instituído tal regime, o excesso de horas trabalhadas em um dia se destinará a compensação de horas suprimidas em outro, considerando-se como limite semanal de 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho ordinário sem que as horas trabalhadas a mais em um dia venham adquirir caráter extraordinário, tudo nos termos do estabelecido pelo artigo 7º, XIII da constituição federal.

Parágrafo Único - Sempre que, na semana, recair feriado sobre o dia compensado, a empresa que praticar o regime previsto no caput acima poderá, alternativamente, reduzir a jornada diária de trabalho subtraindo dela o período de tempo destinado a compensação ou pagar o mesmo período destinado à compensação como hora extra, devendo a empresa cientificar os seus empregados, com antecedência de sete dias, da alternativa por ela escolhida.

CLÁUSULA SÉTIMA – TRANSPORTE - As empresas remunerarão seus empregados pelo tempo gasto em transporte realizado em veículos de propriedade daquelas ou não, entre o local do escritório da obra até as frentes de trabalho e vice-versa. Não pagarão, no entanto, qualquer parcela pelo próprio transporte ou pelo tempo gasto, entre a residência do empregado e o local do escritório das obras, mesmo que transportado em veículo da empresa.

CLÁUSULA OITAVA - REEMBOLSO DE PASSAGEM - Para o trabalhador que for transferido de local de trabalho, ainda que dentro da mesma cidade, e que seja onerado com acréscimo de despesa de passagem, o valor correspondente será reembolsado pela empresa.

CLÁUSULA NOMA - JORNADA DE TRABALHO NO AVISO PRÉVIO - O empregado que não exercer a faculdade prevista pelo parágrafo único do artigo 488 da CLT, durante o curso do aviso prévio, quando a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, terá o direito de escolher o horário de redução de que trata o caput do art. 488 acima, devendo a mesma operar-se no início ou no fim da jornada diária, com decisão do empregado, quando receber o aviso.

CLÁUSULA DÉCIMA - CÔMPUTO DE TEMPO NAS FÉRIAS - Para os efeitos de cálculo de férias e gratificação natalina, será considerado como tempo de efetivo serviço o período de afastamento do empregado por gozo de auxílio doença, na hipótese de o auxílio Previdenciário ter duração inferior a cento e oitenta dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE GESTANTE - Fica assegurado o emprego a empregada gestante até noventa dias após findar o período de pagamento do salário maternidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PERMANÊNCIA NO ALOJAMENTO - Fica garantida a permanência do trabalhador no alojamento da empresa, na hipótese daquele estar alojado quando da rescisão contratual, apenas para pernoitar, até 24 (vinte e quatro) horas após o pagamento das verbas rescisórias, subordinando-se o trabalhador às normas e regulamentos internos da empresa.

Em caso de despejo compulsório sem justa causa e sem o pagamento das verbas rescisórias, a empresa pagará ao empregado uma multa equivalente a R\$ 112,00 (cento e doze reais), salvo se comunicar ao sindicato suscitante sua disposição de efetuar o pagamento acima no prazo de três dias, contados do término do aviso prévio.

O empregador não assume qualquer responsabilidade pelos acidentes que o empregado, permanecendo no canteiro de obras, após o término de seu contrato, venha, porventura, a sofrer.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRANSFERÊNCIA NO AVISO PRÉVIO - O empregado em aviso prévio somente poderá ser transferido para o escritório central ou depósito da empresa, sempre que os mesmos se localizem no mesmo município da obra em que estivesse trabalhando o empregado por ocasião da dação do aviso prévio, sem prejuízo do disposto na cláusula sexta acima.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - LANCHES - As empresas se obrigam a fornecer lanche gratuito a seus empregados, sempre que os houver convocado para prestação de horas extras além das habituais. Ficam desobrigadas do fornecimento do lanche aqui estabelecido as empresas que, por suas condições específicas já o ofereçam, bem como aquelas empresas nas quais os trabalhadores realizem sua refeição noturna na própria empresa.

Para os efeitos desta cláusula considerar-se-ão não habituais somente as horas que ultrapassem a duas por dia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO POR JUSTA CAUSA - Na hipótese de rescisão contratual por justa causa e de iniciativa do empregador, o empregado requererá, no prazo máximo de trinta dias contados da extinção do contrato de trabalho, que a empresa lhe informe, por escrito, os motivos ensejadores da despedida. Em caso de recusa empresária, presumir-se-á imotivada a rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO NATALIDADE - O auxílio natalidade previsto pela legislação previdenciária será pago diretamente pela empresa, em conformidade com a autorização legal neste sentido.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO - Sempre que, no curso do aviso prévio de iniciativa do empregador, o empregado comprovar a obtenção de novo emprego, ficará aquele obrigado a dispensar este do cumprimento do restante do prazo do aviso prévio, desobrigando-se, contudo, do pagamento dos dias faltantes ao término do respectivo aviso prévio.

A presente obrigação não subsistirá sempre que faltarem menos de sessenta dias para o término da obra ou da etapa da obra em que trabalhar o empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REEMBOLSO DE PASSAGEM - O empregado recrutado fora do local onde vier a prestar serviços e que não tenha tido ônus para o seu deslocamento até o local da prestação de serviços terá garantida a sua passagem de retorno para o local de recrutamento, quando da rescisão contratual, desde que essa não se processe por justa causa ou pedido de demissão, se a mesma ocorrer em até noventa dias contados da contratação. Se o recrutamento tiver ocorrido em outro Estado, o prazo acima será de cento e cinquenta dias.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS - As empresas deverão efetuar o pagamento de seus empregados dentro do horário normal de trabalho. Sempre que o pagamento for efetuado após a jornada de trabalho, deverão remunerar o tempo despendido para o recebimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – TAREFEIRO - Aos trabalhadores que percebem por tarefa, quando exercerem suas atividades em jaús suspensos, fica assegurada uma taxa de acréscimo equivalente a 20% (vinte por cento), a incidir sobre o preço da tarefa contratada. Fica recomendado, também, as empresas o fornecimento, dentro de suas possibilidades, de cinto de segurança tipo “para-quedas” aos seus trabalhadores que vierem a exercer atividades em jaús suspensos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - SALÁRIO TAREFEIRO - Fica garantido aos tarefeiros as médias de seus salários dos últimos seis meses ou dos meses trabalhados, se inferiores a seis, sempre que, por absoluta impossibilidade, não puderem executar suas tarefas, ficando, neste caso, obrigados a execução de trabalhos vinculados a sua capacitação, sempre que determinado pelo empregador. A recusa imotivada acarretará falta ao serviço ao tarefeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - Nos contratos de experiência com prazos de vigência inferiores a 15 (quinze dias), cujas rescisões tenham se

operado sem justa causa ou por término de contrato, o empregado fará jus a 1/12 (um doze avos) de férias e gratificação natalina proporcionais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS - As verbas decorrentes de rescisão contratual somente poderão ser pagas em cheques nas sextas feiras, se o pagamento for realizado até às 12:00 horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DIAS DE CHUVA - Fica garantido o pagamento mínimo das horas normais ordinárias do dia a todos os trabalhadores que, verificando comparecimento ao canteiro de obras ou a seu local de trabalho, fiquem impossibilitados de trabalharem por força ou em decorrência de chuvas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AUXÍLIO EDUCAÇÃO - no mês de março de 2002, juntamente com seus respectivos salários, as empresas concederão a seus empregados estudantes que tenham mais de doze meses de serviço contínuos a seus empregador, um auxílio educação no valor de R\$ 36,00 (trinta e seis reais), desde que matriculados em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido, de primeiro ou segundo graus ou universitário. Na hipótese do trabalhador não ser estudante, mas preenchidas as condições acima, o auxílio será concedido a um filho do mesmo, desde que matriculado em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido, de primeiro ou segundo graus. Será considerado, para os efeitos desta cláusula, trabalho contínuo na empresa, a prestação laboral que não tenha sofrido qualquer solução de continuidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO - As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato suscitado estipularão em favor de todos os seus empregados e sem qualquer ônus a esses Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais ou de Trabalho Coletivo com cobertura de, no mínimo, R\$ 3.000,00 (três mil reais), por morte e de , no mínimo, R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em caso de invalidez permanente. Na hipótese de o empregado sofrer acidente de trabalho e do qual lhe resulte morte ou mesmo qualquer tipo de redução de capacidade, de cujos eventos possa vir a restar caracterizada a responsabilidade civil do empregador, o valor do prêmio do seguro estipulado por força dessa cláusula e que tenha sido pago ou ao trabalhador ou a seus beneficiários será objeto de compensação em qualquer indenização que venha a ser assumida ou imposta à empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE RECIBOS - As empresas se obrigam a fornecer a todos os seus empregados as cópias de contratos de trabalho formalizados por escrito, de recibos de quitação, de envelopes ou recibos de pagamento, bem como extratos de FGTS, sempre que fornecidos pelo banco depositário, onde deverão contar, obrigatoriamente, a sua razão social, nome do empregado, função e discriminação dos valores pagos e descontados, quando for o caso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INTERNAÇÃO HOSPITALAR - O empregado poderá faltar ao serviço por um dia, sem prejuízo dos salários, em caso de internação hospitalar de seu cônjuge

ou filho, desde que comprove em trinta dias, contados da alta da internação, tal circunstância, mediante a apresentação da baixa hospitalar.

As faltas, contudo, poderão ser de até dois dias, sob os mesmos motivos e condições acima, se a internação hospitalar vier a se efetivar fora do município ou região metropolitana em que o empregado estiver trabalhando e desde que a distância entre o seu local de trabalho e o da internação exija um tempo de deslocamento que justifique a ampliação do período de faltas aqui estipulado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - APOSENTADORIA - GARANTIA DE EMPREGO - Ao empregado com mais de três anos de serviços contínuos prestados a seu atual empregador e que esteja ao máximo de doze meses do tempo para obter o direito a aposentadoria por tempo de serviço, o empregador se compromete a garantir-lhe o emprego e os salários pelo período que faltar para a obtenção da aposentadoria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - VIGÊNCIA DO ACORDO - A vigência do presente acordo será de um ano, iniciando-se em 1º.MAI.2001, expirando-se, de pleno direito, em 30.ABR.2002.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - INICIO DAS FÉRIAS - As empresas não poderão fixar o início de férias individuais de seus empregados em dia que anteceda feriado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTA DO ESTUDANTE - As empresas abonarão as faltas cometidas por seus empregados para a efetivação de matrículas ou exames em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido de qualquer grau, desde que os mesmos se realizem em horário de trabalho. Para fazerem jus a essa vantagem os empregados deverão comunicar a seu empregador, com setenta e duas horas de antecedência, a necessidade de faltarem ao serviço, devendo comprovar a efetivação de matrícula ou exames nas setenta e duas horas seguintes a suas realizações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - AVISO PRÉVIO 40 DIAS - O empregado com mais de três anos de serviços contínuos prestados ao mesmo empregador fará jus a aviso prévio de quarenta dias.

Na hipótese de o aviso prévio ora ajustado vir a ser concedido em tempo, obriga-se o empregador a pagar ao empregado os salários relativos ao período do aviso nos mesmos prazos de pagamento dos salários dos demais empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - LIMITAÇÃO NO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - Fica proibida a celebração de contratos de experiências para aqueles trabalhadores que tenham sido readmitidos pela empresa antes de se completar um ano do término do último contrato de trabalho havido entre as partes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO - O sindicato suscitante poderá, na vigência do presente acordo, vir a celebrar acordos coletivos de trabalho com as empresas da categoria econômica suscitada, quando então, as disposições coletivas que vierem a ser celebradas em sede naqueles instrumentos prevalecerão sobre as aqui ajustadas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DESGASTE DE FERRAMENTAS - Fica estabelecido o pagamento de um a taxa mensal a título de depreciação de ferramentas aos operários que utilizarem ferramentas próprias na execução de serviços que as exijam, na forma abaixo:

- aos carpinteiros, R\$ 5,28 (cinco reais e vinte e oito centavos),
- aos pedreiros, R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) e
- aos ferreiros, R\$ 2,64 (dois reais e sessenta e quatro centavos).

Parágrafo Único - Os empregado somente farão jus à taxa aqui pactuada se, nas admissões, não assinarem comprovante de que não possuem as ferramentas abaixo:

- para os **pedreiros**, uma colher de pedreiro, um martelo, um prumo de 450gr, um nível de 16", uma escala métrica de 2m e um balde ou similar,
- para os **carpinteiros**, um serrote de 20", um martelo de 530gr, um esquadro de 12", um nível de 16", um prumo de centro de 150gr, uma escala métrica de 2m, uma machadinha e um lápis e
- para os **ferreiros**, uma escala métrica de 2m, uma torquês para ferreiro de 10" e um lápis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – ADIANTAMENTOS - As empresas que praticam adiantamentos semanais ou quinzenais de salários não poderão proceder, sobre tais adiantamentos, qualquer tipo de desconto que encontre autorização legal, coletiva ou contratual.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO PARITÁRIA - As entidades acordantes criarão, em trinta dias contados da assinatura do presente acordo, uma comissão paritária, composta de dois representantes de cada uma das entidades, que desenvolverão estudos tendentes à adoção no setor da figura do contrato de trabalho por prazo determinado instituído pela Lei 9.601, de 21 de janeiro de 1998.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - BANCO DE HORAS - As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato suscitado, deste que justifique os motivos e devidamente autorizadas pelo Sindicato suscitante, ficam autorizadas a implantar o denominado BANCO DE HORAS, na forma prevista pelos parágrafos segundo e terceiro do artigo 59 da CLT, por periodicidade não superior a 120 (cento e vinte) dias, mediante o acréscimo de horas suplementares a duração normal de trabalho, sem qualquer acréscimo a remuneração pactuada, absorvendo-se o excesso de horas trabalhadas com a correspondente diminuição total ou parcial, em outros dias.

Parágrafo Primeiro - A jornada compactuada acrescida de horas suplementares não poderá ultrapassar a dez horas diárias e, de igual modo, a duração normal de trabalho, acrescida dos excessos e das correspondentes compensações, não poderá exceder a legal carga horária semanal.

Parágrafo Segundo - As horas excedentes a quarenta e quatro por semana serão creditadas ao empregado no denominado BANCO DE HORAS e as reduzidas ou não trabalhadas, desde que inferiores a quarenta e quatro serão ao trabalhador debitadas no mesmo BANCO DE HORAS.

Parágrafo Terceiro - Não haverá qualquer diminuição salarial, ainda que a carga horária venha a ser substancialmente reduzida ou não venha haver prestação laboral, aos efeitos de equalização no regime aqui pactuado.

Parágrafo Quarto - O acerto débito/crédito das horas dar-se-á por ocasião do termo fixado para a vigência da compensação aqui ajustada, observando-se que, havendo crédito em favor do trabalhador, o saldo lhe será pago com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), bem como, na hipótese de rescisão contratual o acerto será antecipado, restando proibida a compensação sobre as verbas rescisórias assim considerados o aviso prévio, a gratificação natalina e férias proporcionais, de qualquer débito apurado do trabalhador em face dessa mesma compensação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CONVÊNIO FARMÁCIA - As empresas por si ou mesmo através de suas associações de funcionários, instituirão convênios farmácia em favor de seus empregados, segundo regulamentação que será levada a efeito ou pelas empresas ou pelas associações de funcionários, ficando, desde já, contudo, autorizado o desconto dos valores gastos pelo trabalhador de seus respectivos salários, na forma prevista pelo enunciado da Súmula 342 do E. TST.

PROPOSTA PARA RENOVAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

CLÁUSULA PRIMEIRA - A presente convenção coletiva de trabalho regerá as relações coletivas de trabalho entre as categorias profissional e econômica das indústrias da construção de estradas, pavimentação e obras de terraplanagem em geral, no âmbito da base territorial das entidades ora convenientes, conforme definição contida no preâmbulo do presente instrumento, sem embargo de outras disposições coletivas em sede e sentença normativa.

CLÁUSULA SEGUNDA - A presente convenção vigorará pelo período de 1º de maio de 2001 a 30 de abril de 2002.

CLÁUSULA TERCEIRA - Toda e qualquer dúvida emergente da interpretação das condições contidas nesta CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO serão dirimidas por comissão paritária formada por integrantes das entidades aqui convenientes, cuja comissão será, especialmente, constituída, aos efeitos de resolver a dúvida surgida. Não serão resolvidas pela comissão aqui prevista as dúvidas que resultem, exclusivamente, da aplicação das condições contidas na presente convenção que deverão ser dirimidas pelas Comissões de Conciliação Prévia criadas pela Lei 9.958, de 12 de janeiro de 2000, quando instituídas, ou, sucessivamente, pelo Poder Judiciário Trabalhista.

Parágrafo Único - As entidades aqui convenientes deverão criar a comissão paritária prevista no **caput** acima, em até quarenta e oito horas contadas da reclamação formalizada junto a qualquer uma das entidades aqui celebrantes, comissão essa que terá o prazo de quinze dias para a edição de parecer acerca do conflito havido. O desatendimento a esse prazo terá o significado de autorizar o interessado a adotar as medidas que entender cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - Na hipótese de ausência de manifestação expressa e conjunta das entidades ou convenientes acerca da prorrogação ou revisão parcial ou total dos termos desta convenção, até o termo fixado na cláusula **SEGUNDA** acima, as condições aqui estabelecidas, perderão, de pleno direito, sua eficácia.

CLÁUSULA QUINTA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICA – À vista de deliberação da assembléia geral da categoria profissional suscitante que instituiu uma CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSISTENCIA MÉDICA, as empresas integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato suscitado descontarão de seus empregados integrantes da categoria profissional representada pelo sindicato suscitante, mensalmente, exceto nos meses de maio/02, novembro/02 e março/03 a importância de R\$ 4,00 (quatro reais).

Parágrafo Primeiro – Os valores descontados deverão ser recolhidos aos cofres do sindicato suscitante até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao desconto em guias próprias, que serão confeccionadas e fornecidas pelo sindicato suscitante, cujas as guias deverão ser acompanhadas de uma relação dos empregados que sofreram o desconto, onde deverá constar o nome completo, função, data de admissão, remuneração completa e valor do desconto.

Parágrafo Segundo – Os valores arrecadados pelo SITICEPOT/RS serão usados para contratação de serviços médicos destinados a toda a categoria profissional que deles se valerão, independentemente de ser o trabalhador sócio ou não da entidade suscitante.

CLÁUSULA SEXTA - São as seguintes as condições ora ajustadas:

a) ELEIÇÕES CIPAs - As empresas científicarão o PRIMEIRO CONVENENTE, com trinta dias de antecedência, da data das eleições de suas CIPAs, a fim de que a entidade profissional possa acompanhar o respectivo processo eleitoral.

b) LEI 6019/74 - Somente na hipótese de atendimento de necessidades transitórias de substituição de seu pessoal regular e permanente ou acréscimo extraordinário de serviço é que poderão ser contratados trabalhadores sob o regime da Lei 6019/74.

c) ACESSO DIRETORES EMPRESA - As empresas permitirão o acesso de membros da diretoria do PRIMEIRO CONVENIENTE a suas obras, no intuito de que possa fiscalizar o cumprimento do presente acordo e desenvolver ação que aprimore a relação empregado-empresa. Poderá, ainda, a diretoria do PRIMEIRO CONVENIENTE, aproveitando o acesso que nessa cláusula se permite, fora dos locais de trabalho, desenvolver ação incrementadora a sindicalização dos empregados da obra.

d) QUADRO DE AVISOS - As empresas permitirão ao PRIMEIRO CONVENIENTE a colocação em suas obras de um quadro de avisos, para afixação de suas comunicações oficiais, sendo que sua localização e dimensões ficarão ao arbítrio das respectivas empresas, que utilizará, preferentemente, local junto ao relógio ponto para a colocação do quadro.

e) EVENTOS PROMOVIDOS - As empresas facilitarão a seus empregados a participação em eventos promovidos pelo PRIMEIRO CONVENIENTE.

f) FORNECIMENTO DE EPIS - As empresas se obrigam a fornecer, gratuitamente, a seus empregados os EPIS previstos pela NR 6 da Portaria 3214/78 - MTb, comprometendo-se a empresa a substituir o EPI danificado ou extraviado, responsabilizando-se o trabalhador pela danificação por uso inadequado ou fora das atividades a que se destina o EPI, bem como pelo seu extravio, sem prejuízo de outras responsabilidades e obrigações previstas na legislação específica. Na hipótese de descumprimento da regra acima, o PRIMEIRO CONVENIENTE notificará o SEGUNDO CONVENIENTE, para efeitos de ser alcançada uma solução para o problema em trinta dias.

As empresas se obrigam, também, a fornecer a cada um de seus empregados mecânicos e operadores de máquinas dois macacões e dois pares de botinas, que deverão ser substituídos após seis meses de uso, mediante a devolução ao empregador do material a ser substituído.

g) ÁGUA POTÁVEL - Em todas as frentes de trabalho deverá ser oferecida água potável para os trabalhadores.

h) CONTRATAÇÃO DE SUB-EMPREITEIRAS – Ao contratarem sub-empreiteiras, as empresas obrigam-se a orientá-las no cumprimento das normas desta Convenção Coletiva de Trabalho e do disposto no art. 455 e parágrafo único da CLT, especialmente no que se refere a contrato de trabalho, equipamento de segurança, comunicando ao SITICEPOT/RS, no prazo de 10 (dez) dias a contar contratação, os nomes e endereços das firmas sub-empreiteiras com as quais foi celebrado o contrato. Para ajustarem os descontos e recolhimentos devidos ao sindicato profissional, devem as sub-empreiteiras procurar entendimento direto com o SITICEPOT/RS.

Parágrafo Único – Na contratação de sub-empiteira, e para prevenir a contratante de pleitos judiciais em que possa ser ré por responsabilidade solidária ou subsidiária, previsto em lei, recomenda-se à empresa contratante subordinar a liberação de parcelas à apresentação de comprovantes de quitação de verbas trabalhistas (salários e reflexos), FGTS e previdenciárias, bem como o pagamento de contribuições previstas em lei e nesta CCT junto aos Sindicatos convenentes.

i) ABRIGOS PROVISÓRIOS - As empresas criarão abrigos provisórios para a proteção de seus empregados contra as intempéries nas frentes de trabalho.

j) MENSALIDADE ASSOCIADOS - As empresas deverão descontar, mensalmente, de seus empregados os valores relativos as mensalidades daqueles que forem associados do PRIMEIRO CONVENENTE, comprometendo-se a recolher o valor descontado aos cofres deste em até cinco dias úteis contados da efetivação do desconto, sob pena de incidência de uma multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor não recolhido, acrescido de juros monetários de 0,5% (meio por cento) ao mês.

A presente obrigação somente sobreviverá se o PRIMEIRO CONVENENTE comunicar por escrito as empresas o nome de seus associados que mantenham contrato de trabalho com esta.

K) CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL - As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo SEGUNDO CONVENENTE descontarão nos meses de maio e novembro de 2001, de todos os seus empregados integrantes da categoria profissional representada pelo PRIMEIRO CONVENENTE, atingidos ou não pelos efeitos dessa convenção, sindicalizados ou não, uma contribuição assistencial equivalente a oito horas de seus salários dos respectivos meses. Os valores descontados deverão ser recolhidos aos cofres do PRIMEIRO CONVENENTE até o décimo dia útil subsequente ao mês vencido, sob pena de uma multa de 20% (vinte por cento) a incidir sobre o valor descontado e não recolhido, mais juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária.

Parágrafo Primeiro - Os recolhimentos acima convencionados deverão ser acompanhados de relação dos empregados que sofreram os descontos, onde deverão constar, além dos seus respectivos nomes, funções exercidas, valor descontado e valor dos salários.

Parágrafo Segundo - Fica assegurado a cada trabalhador o direito a restituição do valor descontado no **caput** acima, desde que solicitado por escrito na tesouraria do Sindicato até dez dias após a data fixada para o recolhimento.

I) PRIMEIROS SOCORROS - As empresas se obrigam a manter em seus canteiros de obras ou fábricas materiais para prestação de primeiros socorros, assim definidos pela Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho. Constatada a inobservância da obrigação aqui pactuada, o PRIMEIRO CONVENENTE notificará a empresa e o SEGUNDO CONVENENTE, a fim de que aquela atenda a obrigação em até dez dias, sob pena de incidência de uma multa equivalente a um salário mínimo em favor do PRIMEIRO CONVENENTE a cada notificação expedida e não cumprida.

m) CÓPIA GUIA GR E RE - Por ocasião do recolhimento da contribuição sindical de seus trabalhadores, as empresas remeterão ao PRIMEIRO CONVENENTE cópia da guia de recolhimento (GR) e relação de empregador (RE) respectiva.

n) DIRETORES ABONO DE PONTO - Os integrantes da diretoria do PRIMEIRO CONVENENTE terão direito, de dois em dois meses, na vigência do presente acordo, ao abono de ponto, para poderem participar de reuniões junto ao sindicato, desde que a empresa venha a ser cientificada das datas dessas reuniões com antecedência mínima de sete dias. O abono de ponto será de um dia, apenas, para aqueles que estejam prestando serviços na área da grande Porto Alegre e de dois dias para os demais.

o) GRATIFICAÇÃO NATALINA E VERBAS RESCISÓRIAS - Os salários, a gratificação natalina e as verbas rescisórias deverão ser satisfeitas nos seus respectivos prazos legais. Constatado o atraso no pagamento de qualquer um dos direitos acima, o PRIMEIRO CONVENENTE comunicará o fato ao SEGUNDO CONVENENTE que convocará a empresa inadimplente para que informe as razões do atraso e, após, em conjunto, as entidades convenentes avaliarão as razões apresentadas pela empresa. Na hipótese de as entidades convenentes, em conjunto e de forma expressa, admitirem que incorreram motivos capazes de justificar o atraso, a empresa incidirá em uma multa diária em favor do trabalhador que tenha sofrido o atraso de pagamento, equivalente a 1/30 (um trinta avos) dos seus respectivos salários, contada da data a partir da qual se deu o atraso, limitada essa multa ao valor do principal.

p) DIRETORES REQUISITADOS - As empresas se responsabilizar-se-ão, na vigência do presente acordo, pelos salários e demais encargos sociais de seus empregados diretores do PRIMEIRO CONVENENTE que tenham sido requisitados por essa entidade para lá prestarem serviços. A responsabilidade aqui ajustada fica limitada a seis diretores integrantes da atual diretoria da entidade profissional, sendo que cada empresa não responderá pela obrigação relativamente a mais de um diretor. Para viabilização do pactuado nesta cláusula, o PRIMEIRO CONVENENTE remeterá ao SEGUNDO CONVENENTE a relação dos seis diretores beneficiários da condição acima. As empresas que tenham que suportar o ônus financeiro do aqui acordado poderão se reembolsar dos respectivos valores junto ao SEGUNDO CONVENENTE.

q) COMITÊ PARITÁRIO - As partes convenentes se comprometem a constituir um comitê paritário, aos efeitos de virem a ser resolvidos problemas de natureza coletiva que se apresentarem às partes.